

DE PAPA-PECÚLIOS A TIGRE DA ABOLIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA LEGENDA DE JOSÉ DO PATROCÍNIO

ANA CAROLINA FERACIN DA SILVA – PPG-UNICAMP

Esta comunicação traz uma reflexão sobre os mecanismos pelos quais a legenda “abolicionista” de José do Patrocínio foi construída e cristalizada pelas obras biográficas e por outros relatos memorialísticos sobre ele — sendo recorrente também na também na historiografia.

A problemática desenvolve-se em mão dupla: se por um lado busco entender o processo de construção de uma memória sobre Patrocínio que faz perder de vista a densidade de sua experiência histórica, por outro lado, faz parte de sua própria experiência pessoal a elaboração cotidiana de uma certa memória sobre si — que alimentaria, por sua vez, os seus futuros biógrafos. Desta maneira, as apologias e o tom laudatório que caracterizam os textos desta natureza têm muito em comum com a forma que José do Patrocínio tentou representar a si mesmo no interior de conflitos políticos específicos — e cujo sentido original ficou perdido nas narrativas posteriores.

É o caso do artigo “Uma explicação”, publicado na *Gazeta da Tarde* em 29 de maio de 1884, no qual Patrocínio lança mão de contar sua “história de vida”. Este escrito acabou tornando-se a principal fonte utilizada pelos futuros biógrafos, sendo tomado como uma espécie de “autobiografia” de Patrocínio —, ainda que não tenha sido produzido com tal finalidade. Na verdade, tanto a escrita dos biógrafos e do (auto)biografado são norteadas por uma questão em comum: explicar como o filho de uma negra, quitandeira, com um vigário de interior de província pôde conquistar um lugar social de destaque na Corte?

O jornalista, advogado e escritor Evaristo de Moraes dedica um capítulo inteiro de sua obra *A Campanha Abolicionista*¹ a narrativa biográfica de José do Patrocínio. Ele explica que, de fato “descendia José do Patrocínio (...) de um padre, o vigário de Campos, João Carlos Monteiro” e de uma preta, Justina Maria do Espírito Santo, que “em dada época

viveu de um pequeno negócio de legumes e frutas”. Contudo, conforme confronta na seqüência,

“O vigário João Carlos não era um padre vulgar, encantonado na igreja e intelectualmente limitado pelo breviário. (...) Por outro lado era este um dos melhores oradores sagrados da sua época, pregador da Capela Imperial, condecorado com as ordens da Rosa e de Cristo.

(...) Nas suas relações com o mundo profano, era fazendeiro, e, em mais de uma legislatura provincial do Rio de Janeiro, foi representante do povo. Tinha, também, diploma bacharelício, de Coimbra. Da sua facúndia oratória há viva tradição em Campos”²

Evaristo de Moraes procura demonstrar que a ascendência de Patrocínio, apesar de bastarda, não seria tão desabonadora assim. Afinal, o pai do “futuro libertador” não foi um vigário qualquer: João Carlos Monteiro, além da fama de grande orador, bacharelou-se na Europa e acumulou condecorações e cargos eclesiásticos importantes. Foi também um homem de posses e político da região, sendo deputado provincial por vários anos e vereador da Câmara Municipal de Campos, de acordo com as informações adicionais da parte final do texto³. Enfim, era um notório representante da elite letrada daquela época. “Tampouco a mãe de Patrocínio quitandou” — continua o autor, referindo-se a uma atividade comum entre mulheres escravas ou libertas. Ao contrário, ela vivera na casa particular no vigário na companhia do filho por pelo menos treze anos. Em outras palavras, Patrocínio viveu a meninice “em família”, tanto em núcleo quanto em ambiente.

É nos antecedentes familiares e no ambiente vivido, portanto, que Moraes vai buscar os vestígios que formaram o caráter de seu biografado e que poderiam assim explicar sua glória futura. Na verdade, tal argumento estava francamente comprometido com alguns paradigmas científicos de sua época. Conceitos como “hereditariedade”, por exemplo, eram aplicados para explicar comportamentos e condutas, desenvolvendo-se assim correlações bastante rígidas entre “patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais”⁴.

Para este autor, portanto, Patrocínio não fugiu às “regras da hereditariedade psicológica”. Ao contrário. Conjugou-as muito bem na posição de propagandista da Abolição: herdando do pai o talento intelectual, “instintivamente” o pendeu para a sorte dos escravizados — pois, enquanto “filho de preta, via os iguais da sua mãe na triste situação de cativos, sofrendo todos os rigores inerentes ao eito e à senzala.”⁵ Em outras palavras, seu

destino abolicionista era inexorável, estando previamente traçado desde a mais tenra infância, pois, desde menino, Patrocínio já tinha consciência da “miséria moral de sua origem”.⁶

Este procedimento, de buscar na ascendência do indivíduo a explicação, determinação e justificativa para toda a sua história, é recorrente também nas biografias ditas “tradicionais” de José do Patrocínio. Osvaldo Orico lançou a mesma questão logo no início de *O Tigre da Abolição*, obra de 1931:

“Filho de um padre e de uma quitandeira, José do Patrocínio oferece à nossa investigação histórica um imediato problema de psicologia. De que nebulosa espiritual teria surgido essa estrela que acompanhou o recém-nascido do beco do Barroso à radiante cruzada do Brasil sem grilhetas? Onde encontrar o antecedente dessa chama de gênio que ateou em toda a parte as fogueiras em que se derreteu o ferro das algemas?”⁷

Aqui, os traços negativos das “origens” de Patrocínio são tomados sob outro prisma. Para Osvaldo Orico, a herança intelectual do vigário João Carlos Monteiro, por si, não é capaz de explicar o “que é que teria feito de Patrocínio o gênio da campanha abolicionista”⁸. Citando estudiosos do assunto, praticamente desconhecidos para um leitor atual, ele aponta que o jornalista enquadra-se “na terceira série de leis com que Keyserling fundamentou a evolução humana: — ‘a autonomia individual de origem subjetiva.’”⁹ Não é casual, portanto, que o capítulo onde tal argumento é apresentado, tenha o sugestivo título de “O Vingador”. Patrocínio fora um “milagre da vontade”, superando todas as determinações do meio no qual nascera e se criara, e vencendo o “berço miserável e a infância desprevenida, para iluminar-se nas chamas das aspirações coletivas”¹⁰. Para este biógrafo, Patrocínio foi um homem à frente de seu tempo.

Na seqüência, pode-se dizer que Raimundo Magalhães Jr. é o autor da biografia mais detalhada de José do Patrocínio.¹¹ Com um escopo documental centrado na imprensa da época, ele constrói sua narrativa a partir dos próprios escritos que Patrocínio publicou nos jornais que trabalhou e dirigiu, entre eles a *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*. Atribuindo ao ambiente efervescente do Rio de Janeiro, o caráter formador da verve abolicionista de Patrocínio, Magalhães Jr. considera o contexto político e social da época a chave explicativa de sua biografia. A escravidão, o regime monárquico e a

imprensa atuante são, portanto, uma espécie de cenário, previamente constituído, no qual José do Patrocínio esteve inevitavelmente preso. Para este biógrafo, portanto, Patrocínio foi um homem “produto” de seu tempo. Afinal, quando chegou a Corte, “antes de completar quinze anos”,

“(…) Já se tinham levantado, contudo, as primeiras vozes eloqüentes em favor da libertação dos cativos. (...) O que ninguém podia então imaginar é que aquele rapazinho humilde, de pele escura, recém-desembarcado do navio que de Macaé o trouxera à Corte, seria, em breve, uma das mais poderosas forças desse movimento apenas esboçado.”¹²

Nesta direção, Raimundo Magalhães Jr. ainda acrescenta ao rol de elementos e indícios considerados determinantes (com maior ou menor peso) à trajetória futura de um indivíduo as “determinações” que acredita serem inerentes à própria história, que é entendida por ele enquanto a sucessão progressiva de acontecimentos. De natureza teleológica, essa forma de explicação estabelece, inevitavelmente, uma relação de causalidade às ações de José do Patrocínio, segundo as quais teriam o sentido unívoco de “abolicionistas.” Compartilha assim com a idéia de que José do Patrocínio já trazia consigo a missão abolicionista e a imprensa foi o meio pelo qual ele pode exteriorizar seu talento na defesa dos escravos.

Os autores vistos aqui operam com uma lógica em comum ao buscarem nos antecedentes familiares, no ambiente social de nascimento e de criação a explicação de uma história de vida, aos quais conferem significados determinantes. A vida de José do Patrocínio só pode ser apreendida por eles nos termos de um percurso previamente orientado e “unidirecional”, “que tem um começo”, etapas sucessivas, e “um fim, no duplo sentido, de término de finalidade” — se lembrarmos novamente das palavras de Pierre Bourdieu ao alertar para os perigos da “ilusão biográfica.”¹³

Mas, afinal, de que tratava o artigo “Uma explicação”? Por que foi importante para Patrocínio registrar alguns episódios de sua vida num texto de 1884, a ponto dos biógrafos cita-los como uma “autobiografia”? Foi esse o sentido conferido por Patrocínio naquela ocasião? Responder a essas questões tentando entender o sentido inicial do artigo, os interesses envolvidos, e quem eram seus principais interlocutores é uma maneira de

buscar a historicidade daquele texto e iniciar, assim o tortuoso caminho que atravessasse a memória cristalizada em torno de José do Patrocínio.

O texto se inicia com o jornalista explicitando que estava sendo alvo de injúrias por parte de seus adversários, sugerindo em seguida que tais difamações estariam associadas às suas atividades na campanha abolicionista. Depois, propondo-se a explicar “como e de que vive”, recorre a sua origem (“filho de uma pobre preta quitandeira de Campos”) e a sua posição atual (“proprietário de um jornal” – *Gazeta da Tarde* – que pôde viajar para Europa), conferindo a esses elementos uma relação de contrariedade e oposição – aspecto muito semelhante aquele destacado pelos biógrafos vistos rapidamente aqui.¹⁴ Na seqüência Patrocínio dedica-se a contar episódios de sua vida, da chegada a Corte até a entrada no jornalismo, passando pela sua formação como farmacêutico, o casamento com uma mulher branca, os amigos e contatos que conquistou, etc. Contudo, o trecho final é elucidativo das intenções daquele texto, pois Patrocínio concentra-se exatamente em justificar a origem do dinheiro gasto em uma viagem à Europa:

“Podia eu ir à Europa?

Respondam agora os meus caluniadores.

Para saberem a origem do dinheiro, que gastei, dirijam-se ao meu bom amigo comendador Luiz A. F. de Almeida, que me deu uma carta de crédito para a casa C. de Almeida & C., crédito aberto com o máximo desinteresse à *Gazeta da Tarde* Além deste, pode informar a casa Gallien & Price, que tem com essa empresa um contrato de anúncios, e da qual saquei, sobre minha conta, o dinheiro para dar o banquete que tanto irritou os meus caluniadores.

(...) Esta longa exposição tem por fim unicamente responder de uma vez por todas aos insultos, com que tentam amedrontar-me. Não fui à Europa divertir-me, fui tratar da minha saúde.

(...) Eu sinto realmente não ter podido dar a meus inimigos a satisfação de me verem pálido e morto. Desculpem-me esses senhores, se eu vivo com a cabeça alta e curado do meu fígado.

O pecúlio que eu como é o do trabalho e da honra, a *Kermesse* que me sustentou na Europa foi o tino e a dedicação dos meus companheiros de trabalho e dos meus amigos do comércio a quem abraço daqui afirmando-lhes que sempre fui, sou e que serei digno deles.

JOSÉ DO PATROCÍNIO”

Num primeiro momento, é possível inferir que Patrocínio estava sendo acusado de ter viajado para a Europa às custas da *Gazeta da Tarde*. Seus “caluniadores” também questionavam a origem do dinheiro gasto por lá complementando a idéia de que o jornalista divertiu-se nababescamente no estrangeiro usando o capital particular da empresa. No trecho final, Patrocínio ainda menciona dois termos aparentemente estranhos, mas que parecem sugerir que ele respondia a duas outras acusações: a de que “comia pecúlios”, e a de foi sustentado na Europa também pela “*Kermesse*”.

Tais referências estavam associadas, na verdade, não só à viagem de Patrocínio à Europa, mas também às atividades da Confederação Abolicionista, fundada exatamente no ano anterior no escritório da *Gazeta da Tarde*.¹⁵ Idealizada por José do Patrocínio, João Clapp e Tenente Manoel Joaquim Pereira, a Confederação Abolicionista reuniu a princípio quinze sociedades libertadoras num plano de “propagar a idéia de abolir a escravidão no Brasil” através de um “centro forte e disciplinado.”¹⁶ Graças aos donativos particulares ou aos arrecadados em festivais e *meetings* a Confederação agia diretamente na aquisição de cartas de liberdade através de uma operação que permitia aos escravos, graças à lei de 1871, “a formação de pecúlios e utilizá-lo na forma de indenização ao senhor.”¹⁷

O fato era que um dos termos ofensivos endereçados a Patrocínio naquela circunstância foi o de “papa-pecúlios” – justificando-se aí a menção no final de seu artigo de 29 de maio de 1884: a de que “o pecúlio que eu como é o do trabalho”, etc...”¹⁸. Em um texto de 1901, quando os momentos de embate já haviam passado, o jornalista explicitou o briga política a que estava inserido:

“No tempo da propaganda abolicionista (...) diziam os escravistas, à boca cheia, que eu era um papa-pecúlios, que tinha feito uma viagem a Europa à custa da kermesse promovida pela Confederação Abolicionista, em honra à libertação do Ceará.

(...) A Confederação Abolicionista veio a público e desmentiu a calúnia. (...) João Clapp, presidente imortal da Confederação, deixou bem apurado o caso, com zelo que o levantou entre beneméritos da pátria. Quanto a papança de pecúlios, a verificação foi igualmente cabal.”¹⁹

De fato, em 29 de maio de 1884, João Clapp publicou o relatório de contas do primeiro ano das atividades da Confederação Abolicionista. Referindo-se a Patrocínio como delegado da Confederação na Europa, Clapp ainda frisava que “os recursos pecuniários” para propaganda eram despendidos com “a máxima economia”.²⁰ Publicando “Uma explicação” nesse mesmo dia, Patrocínio fazia da *Gazeta da Tarde* uma trincheira de luta política, endossando a defesa contra as acusações sofridas por ele e a pela Confederação.

Nesta reflexão o objetivo foi problematizar como os textos biográficos de José do Patrocínio cristalizaram e consolidaram uma memória sobre ele que privilegia apenas um aspecto de sua experiência. Legendado como o “grande abolicionista”, ele permanece engessado neste denominativo que parece carregar o fardo de toda a sua vida. Ao mesmo

tempo, procurei mostrar como esta memória tem elementos comuns com a imagem que o jornalista buscou forjar para si mesmo no interior de conflitos políticos específicos — cujo sentido original ficou perdido nas narrativas posteriores sobre o jornalista. Afinal, o que poderia macular mais a legenda do “tigre da abolição” do que o apelido pejorativo de “papa-pecúlios”?

Apropriado de forma fracionada pelos biógrafos e sacralizado nesta operação como “autobiográfico”, o texto de 1884 revelou que por trás das informações sobre sua vida, José do Patrocínio tentava responder a suspeitas graves que questionavam a sua atuação no movimento abolicionista e a sua posição como editor e proprietário de jornal. A narrativa das próprias origens e dos bastidores de compra da *Gazeta da Tarde* foi a forma escolhida para defender-se naquela circunstância.

Para explicar como o filho de uma “pobre preta quitandeira de Campos” tornara-se o proprietário de um jornal, Patrocínio precisou organizar alguns momentos de sua vida de uma forma linear e coerente. Em outras palavras, ainda que pesassem contra ele os elementos negativos de sua origem e as suspeitas de enriquecimento ilícito, era necessário convencer que a sua posição social de então fora conquistada pelo seu próprio esforço, de maneira honesta, e graças à ajuda desinteressada de alguns amigos e comparsas.

Neste sentido, ao questionar a univocidade da “legenda abolicionista” calcada para José do Patrocínio, minha proposta foi buscar outros elementos que informassem sobre a lógica social de suas ações, e os mecanismos e as estratégias que acionou em circunstâncias específicas de sua trajetória. Sob esta perspectiva, meu esforço concentrou-se sobretudo em tentar compreender seus movimentos como inicialmente indefinidos, pontuados somente pelas incertezas e indeterminações de um sujeito que não sabia o final da própria história.

¹ Moraes, Evaristo de. “José do Patrocínio”, in: *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986 (1924).

² Idem, pp. 285-286.

³ Idem, p. 300.

⁴ Cf. Schwarcz, Lília Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial do Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1998). p.47.

⁵ Idem, p.286.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ Orico, Osvaldo. *O Tigre da Abolição* (edição comemorativa do centenário de José do Patrocínio). Rio de Janeiro: Gráfica Olímpico Editora, 1953 (1931), p.25.

⁸ Idem, p.28.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Raimundo Magalhães Jr. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*, Rio de Janeiro, Editora Sabiá, 1969.

¹² Raimundo Magalhães Jr. Op. cit. p. 15.

¹³ Pierre Bourdieu. “A Ilusão biográfica”. In: Ferreira, Marieta Moraes e Amado, Janaína (org.) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001. pp.183-192. .

¹⁴ Há já muito tempo sou continuamente alvo das mais dolorosas calúnias e das mais cruciantes injúrias.

Os meus adversários, em cuja vida privada nunca penetrei, muitas vezes só em respeito à compostura da imprensa, divertem-se em pintar-me como chaga mais cancerosa da nossa sociedade.

(...) Não quero, porém, deixar que por mais tempo o povo brasileiro acredite, sob palavra dos meus amigos, na minha honra e no desinteresse com que tenho servido à causa da abolição, que eu entendo ser a da reorganização moral e econômica da minha pátria.

(...) Perguntam-me como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma pobre preta quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa.” Cf. José do Patrocínio. “Uma Explicação”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

¹⁵ Cf. “Confederação Abolicionista”, *Gazeta da Tarde*, 14 de maio de 1883.

¹⁶ João Clapp, “Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista...”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

¹⁷ Cf. Sidney Chalhoub. “Escravidão e cidadania: a experiência história de 1871”, in: *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 182. Para uma análise da lei de 1871 enquanto uma conquista dos próprios escravos, ver do mesmo autor *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na corte*, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

¹⁸ José do Patrocínio. “Uma explicação”. *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.

¹⁹ José do Patrocínio. “Através do lamaçal”. *Cidade do Rio*, 18 de outubro de 1901.

²⁰ João Clapp. , “Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista...”, *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884.